

## Atos Oficiais

ORDEM DE INÍCIO DE SERVIÇOS. Processo Administrativo nº 513/2023-Objeto: SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DE TRECHO DA AV. PREFEITO VALDÍRIO PRISCO (TRECHO DA ANTIGA ZENITAL). Contratada: HIDROPAV CONSTRUTORA E PARTICIPAÇÃO LTDA. Ficam V.Sas. comunicados a iniciarem os serviços de PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DE TRECHO DA AV. PREFEITO VALDÍRIO PRISCO (TRECHO DA ANTIGA ZENITAL), a partir do dia 27 de fevereiro de 2023, em conformidade com o Termo de Contrato nº 52/2023. Ribeirão Pires, 27 de fevereiro de 2023. Secretário de Obras. Sérgio Poloni dos Reis

ORDEM DE INÍCIO DE SERVIÇOS. Processo Administrativo 7859/2022. Objeto: RECAPEAMENTO DE VIAS, SINALIZAÇÃO VIÁRIA E ACESSIBILIDADE DO BAIRRO COLÔNIA – RUA PEDRO MANSUETTO BECHELLI, RUA CLAUDIO MAURÍCIO MACIOTTA E RUA RICARDO CECHI. Contratada: HIDROPAV CONSTRUTORA E PARTICIPAÇÕES LTDA. Ficam V.Sas. comunicados a iniciarem os serviços de RECAPEAMENTO DE VIAS, SINALIZAÇÃO VIÁRIA E ACESSIBILIDADE DO BAIRRO COLÔNIA – RUA PEDRO MANSUETTO BECHELLI, RUA CLAUDIO MAURÍCIO MACIOTTA E RUA RICARDO CECHI, a partir do dia 03 de abril de 2023, em conformidade com o Termo de Contrato nº 622/2022. Ribeirão Pires, 03 de abril de 2023. Secretário de Obras. Sérgio Poloni dos Reis

A Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires, por meio da Fiscalização Ambiental – Secretaria de Meio Ambiente, Habitação e Desenvolvimento Urbano, vem através desse notificar o Senhor José Vitor Santos da Silva., sito à Rua Tibaji, 172 – VI. Ursulina – Itaquapecetuba – SP- CEP: 08574-290 CCI 2005352 – CPF: 032.125.298-57, que na data de 01/03/2023, houve emissão do AI 1038 por irregularidades em imóvel de sua responsabilidade situado neste município, por infração a Lei 3885/95 art. 8º previsão de MULTA no valor de R\$ 4.203,00. Prazo para recurso administrativo, 10 dias a contar da data de publicação deste texto em D.O.

A Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires, por meio da Fiscalização Ambiental – Secretaria de Meio Ambiente, Habitação e Desenvolvimento Urbano, vem através desse notificar o Senhor José Vitor Santos da Silva., sito à Rua Tibaji, 172 – VI. Ursulina – Itaquapecetuba – SP- CEP: 08574-290 CCI 2005352 – CPF: 032.125.298-57, que na data de 01/03/2023, houve emissão do AI 1034 por irregularidades em imóvel de sua responsabilidade situado neste município, por infração a Lei 3899/1995 regulamentada pelo Decreto 4560/1996 previsão de MULTA no valor de R\$ 7.716,19. Prazo para recurso administrativo, 10 dias a contar da data de publicação deste texto em D.O.

PORTARIA Nº. 35.415, DE 23 DE MARÇO DE 2023. REVOGAR a Portaria nº 31.537, de 18 de Novembro de 2019 e AUTORIZAR A CESSÃO do funcionário MURILO CESAR DA SILVA, portador da Cédula de Identidade RG nº. 41.547.674-4 e CPF nº. 340.489.618-10, Agente de Informações Cadastrais Georreferenciais I, regime estatutário, provimento efetivo, lotado na Secretaria de Finanças e Administração, para prestar serviços na Secretaria Executiva de Planejamento e Entregas Prioritárias, junto a Secretaria de Governo Municipal de São Paulo, sem prejuízo dos vencimentos e demais vantagens de seu cargo, mediante reembolso ao órgão de lotação e previdência, consoante o Decreto 48.461/2007 da Prefeitura Municipal de São Paulo, a contar de 01 de Abril de 2023 até 31 de Dezembro de 2023. Processo nº 6442/2011

PORTARIA Nº. 35.401, DE 20 DE MARÇO DE 2023. NOMEAR ANTONIO MARCOS REIS SANTOS, portador da Cédula de Identidade R.G. nº. 28.632.654-1 e CPF nº. 192.246.858-46, para exercer em comissão o cargo de Dirigente de Desenvolvimento Econômico, lotado na Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Emprego e Renda, a contar de 01 de Fevereiro de 2023. Processo nº. 3973/2013

## PORTARIAS IMPRERP

**PORTARIA Nº 628, DE 30 DE MARÇO DE 2023. TERMO DE CIÊNCIA. CLAYTON SOARES DOS SANTOS**, Superintendente do Instituto Municipal de Previdência de Ribeirão Pires, usando de suas atribuições legais especialmente as que lhe são conferidas pelo art. 19, inciso V da Lei Municipal nº 5751 de 25 de setembro de 2013 e suas alterações, **TOMA CIÊNCIA** da decisão da Diretora Executiva Administrativa e Financeira exarada nos autos do **processo 149/2022** que **CONCEDEU Aposentadoria por Idade** ao servidor **ROMILDO ROCHA ESTEVAM**, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG nº 6.083.385-3, inscrito no CPF nº 736.314.938-00 e cadastrado no PIS/PASEP sob nº 100.10863.66-1, ocupante do cargo efetivo de Técnico Desportivo, lotado na Secretaria de Juventude Esporte e Lazer, com fundamento no art. 40, §1º, III, b, da CF, a contar de **1º de Abril de 2023**.

**PORTARIA Nº 629, DE 30 DE MARÇO DE 2023. TERMO DE CIÊNCIA. CLAYTON SOARES DOS SANTOS**, Superintendente do Instituto Municipal de Previdência de Ribeirão Pires, usando de suas atribuições legais especialmente as que lhe são conferidas pelo art. 19, inciso V da Lei Municipal nº 5751 de 25 de setembro de 2013 e suas alterações, **TOMA CIÊNCIA** da decisão da Diretora Executiva Administrativa e Financeira exarada nos autos do **processo 06/2022** que **CONCEDEU Aposentadoria por Idade** à servidora **MARIZE SILVA SANTOS**, brasileira, divorciada, portadora da cédula de identidade RG nº 16.788.255-7, inscrita no CPF nº 124.381.588-40 e cadastrada no PIS/PASEP sob nº 123.73712.37-9, ocupante do cargo efetivo de Assistente Administrativo, lotada na Secretaria de Finanças e Administração, com fundamento no art. 40, §1º, III, b, da CF, a contar de **1º de abril de 2023**.

**PORTARIA Nº 630, DE 30 DE MARÇO DE 2023. TERMO DE CIÊNCIA. CLAYTON SOARES DOS SANTOS**, Superintendente do Instituto Municipal de Previdência de Ribeirão Pires, usando de suas atribuições legais especialmente as que lhe são conferidas pelo art. 19, inciso V da Lei Municipal nº 5751 de 25 de setembro de 2013 e suas alterações, **TOMA CIÊNCIA** da decisão da Diretora Executiva Administrativa e Financeira exarada nos autos do **processo 126/2022** que CONCEDEU **Aposentadoria por Idade** à servidora **CELSA PEREIRA DA SILVA**, brasileira, divorciada, portadora da cédula de identidade RG nº 11.032.311-7, inscrita no CPF nº 030.852.738-08 e cadastrada no PIS/PASEP sob nº 106.73483.16-6, ocupante do cargo efetivo de Secretário Escolar, lotada na Secretaria de Educação, com fundamento no art. 40, §1º, III, b, da CF, a contar de **1º de abril de 2023**.

**PORTARIA Nº 631, DE 30 DE MARÇO DE 2023. TERMO DE CIÊNCIA. CLAYTON SOARES DOS SANTOS**, Superintendente do Instituto Municipal de Previdência de Ribeirão Pires, usando de suas atribuições legais especialmente as que lhe são conferidas pelo art. 19, inciso V da Lei Municipal nº 5751 de 25 de setembro de 2013 e suas alterações, **TOMA CIÊNCIA** da decisão da Diretora Executiva Administrativa e Financeira exarada nos autos do **processo 154/2022** que CONCEDEU **Aposentadoria por Idade** ao servidor **ANTONIO DOMINGOS DOS SANTOS**, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG nº 6.024.090-8, inscrito no CPF nº 239.510.878-20 e cadastrado no PIS/PASEP sob nº 102.87087.53-8, ocupante do cargo efetivo de Agente de Serviços Gerais, lotado na Secretaria de Juventude Esporte e Lazer, com fundamento no art. 40, §1º, III, b, da CF, a contar de **1º de abril de 2023**.

**PORTARIA Nº 632, DE 30 DE MARÇO DE 2023. TERMO DE CIÊNCIA. CLAYTON SOARES DOS SANTOS**, Superintendente do Instituto Municipal de Previdência de Ribeirão Pires, usando de suas atribuições legais especialmente as que lhe são conferidas pelo art. 19, inciso V da Lei Municipal nº 5751 de 25 de setembro de 2013 e suas alterações, **TOMA CIÊNCIA** da decisão da Diretora Executiva Administrativa e Financeira exarada nos autos do **processo 138/2022** que CONCEDEU **Aposentadoria por Idade** à servidora **JOANA DE ASSIS MACIEL GOMES**, brasileira, casada, portadora da cédula de identidade RG nº 35.524.312-X, inscrita no CPF nº 422.357.666-68 e cadastrada no PIS/PASEP sob nº 108.93927.59-4, ocupante do cargo efetivo de Agente Escolar, lotada na Secretaria de Educação, com fundamento no art. 40, §1º, III, b, da CF, a contar de **14 de abril de 2023**.

**PORTARIA Nº 633 DE 30 DE MARÇO DE 2023. TERMO DE CIÊNCIA. CLAYTON SOARES DOS SANTOS**, Superintendente do Instituto Municipal de Previdência de Ribeirão Pires, usando de suas atribuições legais especialmente as que lhe são conferidas pelo art. 19, inciso V da Lei Municipal nº 5751 de 25 de setembro de 2013 e suas alterações, **TOMA CIÊNCIA** da decisão da Diretora Executiva Administrativa e Financeira exarada nos autos do **processo nº 152/2022** que concedeu **Aposentadoria Integral por Tempo de Contribuição** à servidora **ANTONIA SILVA COELHO**, brasileira, viúva, portadora da cédula de identidade RG nº 36.069.459-7, inscrita no CPF nº 123.098.958-73 e cadastrada no PIS/PASEP sob nº 170.43921.00-5, ocupante do cargo efetivo Educador Infante Juvenil, lotada na Secretaria de Educação, com fundamento no art. 6º da E.C. 41/2003, a contar de **1º de abril de 2023**.

**PORTARIA Nº 634 DE 30 DE MARÇO DE 2023. TERMO DE CIÊNCIA. CLAYTON SOARES DOS SANTOS**, Superintendente do Instituto Municipal de Previdência de Ribeirão Pires, usando de suas atribuições legais especialmente as que lhe são conferidas pelo art. 19, inciso V da Lei Municipal nº 5751 de 25 de setembro de 2013 e suas alterações, **TOMA CIÊNCIA** da decisão da Diretora Executiva Administrativa e Financeira exarada nos autos do **processo nº 041/2022** que concedeu **Aposentadoria Integral por Tempo de Contribuição** à servidora **GENI CORDEIRO**, brasileira, separada judicialmente, portadora da cédula de identidade RG nº 12.915.723-5, inscrita no CPF nº 072.675.758-62 e cadastrada no PIS/PASEP sob nº 170.41916.53-5, ocupante do cargo efetivo Agente Fiscal, lotada na Secretaria de Finanças e Administração, com fundamento no art. 6º da E.C. 41/2003, a contar de **1º de abril de 2023**.

#### Convocação SESMT

Convocamos os funcionários abaixo relacionados para comparecerem no dia 05/04/2023 às 08:00 horas no Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho – SESMT, localizado no Shopping Garden, sito: Rua Felipe Sabbag, nº 200 – 3º andar – Sala 4 G – Centro - Ribeirão Pires, para avaliação médica.

MATRÍCULA	NOME
3233.1	ADRIANA SILVA RODRIGUES
5900.1	ANABEL GOMES DE LIMA
7536.1	CELIA REGINA DE OLIVEIRA ALVES
13222.1	EDILENE EUFRASIO
9612.2	ELIA OLIVEIRA DOS SANTOS
10625.1	LUCIANA MACEDO
9633.1	ROBERTO CONTRUCCI MONTANO

817.1	ROSANA OSZTER DE CAMARGO
8350.2	ROSELI AUGUSTO DE CASTRO
8963.1	ROSELI DANGELO
5251.2	SERGIO RODRIGUES
10983.1	SILMARA BROAQUE CORREIA NUNES
9690.1	SILVANA BROAQUE CORREIA NUNES
10571.2	VILMA TANIA TALARICO DE BARROS
8541.7	VIVIANE DE OLIVEIRA MARTINS NASCIMENTO

### Convocação SESMT

Convocamos os funcionários abaixo relacionados para comparecerem no dia 03/04/2023 às 08:00 horas no Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho – SESMT, localizado no Shopping Garden, sito: Rua Felipe Sabbag, nº 200 – 3º andar – Sala 4 G – Centro - Ribeirão Pires, para avaliação médica.

<b>MATRÍCULA</b>	<b>NOME</b>
14064.1	ADRIANA DE CASTRO SILVA
14226.1	BIANCA ANTONIO VIEIRA YAMAOKA
12616.2	CAROLINA TEREHOFF MERINO
5166.1	DERIVALDO ALVES DE SOUZA
9602.5	ELISETE CAVALCANTI MELO DE PAULA
13302.1	ELTON FERREIRA DE OLIVEIRA
10597.3	FABIA NATALI CONTRERAS
12952.1	IVONE ALVES DE SOUZA E SILVA
10678.1	JOSE CARDENUTO NETO
14353.1	LENI DE CASSIA LUCAS CASAL SILVA
13211.1	LUCILENE RODRIGUES DE OLIVEIRA
12812.2	LUZENI SILVA DE ELIAS
13868.1	MARCELA SANTOS ALVES DE SOUZA
9431	MARIA IVANETE DA SILVA RIBEIRO
3667.1	MAURICIO LEITE DE SOUZA
14131.1	NEIVA PRETE DE OLIVEIRA
3548.1	REGIANE DA SILVA PEREIRA
13342.1	SANDRA RAMOS DA SILVA DOS SANTOS

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO SELEÇÃO PÚBLICA PARA CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS PARA A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA.**

A Secretaria de Educação e Cultura torna pública a Convocação de Estagiários para Contratação Temporária.

Serão realizados entrevistas, orientação e atribuição com os candidatos aprovados, respeitando a ordem classificatória.

- PEDAGOGIA - Edital 2023

CLASSIFICAÇÃO	NOME DO CANDIDATO
53	Heloisa Bizerra De Souza – <b>Recurso Deferido</b>
54	Rosana Parras Machado
55	Solange Maria Da Silva
56	Stephanie Aparecida De Melo Dos Santos
57	Rosângela Luz Pereira

Local: Sede da Secretaria de Educação

Endereço: Av. Prefeito Valdirio Prisco, nº 193, Centro – Ribeirão Pires;

Data: 04 de Abril de 2023 (Terça-feira);

Horário: 14h

Ribeirão Pires, 31 de Março de 2023.

**EDITAL DA SELEÇÃO PÚBLICA PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE PROFESSOR A, PROFESSOR B, PROFESSOR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL E SALA DE RECURSO.****CONVOCAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO**

A Secretaria de Educação e Cultura torna pública a convocação de candidatos classificados no Edital 2022 de Seleção Pública para Contratação Temporária, para o ano letivo de 2023, conforme segue:

**Professor B – Educação Física  
Classificados nº 12**

Classif	Inscr.	NOME
.		
12	1246	MAGDA MARCOLINA PEREIRA DE SANT ANNA

**Professor B – Arte  
Classificados nº 16 e 17**

Classif	Inscr.	NOME
.		
16	1423	SIMONE SOARES SANTOS
17	1514	ELIANE APARECIDA EDUARDINHO

**Professor B – Inglês  
Classificados nº 5**

Classif	Inscr.	NOME
.		
5	1128	ELAINE CRISTINA DA SILVA SANTOS

Os candidatos acima convocados deverão comparecer no Departamento de Recursos Humanos, localizado na Rua Miguel Prisco, nº 288 – Paço Municipal – Centro, no horário das 09:00 às 16:00 horas, no prazo improrrogável de 3 (três) dias úteis contados a partir desta publicação, com os seguintes documentos:

- ✓ RG (Original e Cópia);
- ✓ CPF (Original e Cópia);

- ✓ CTPS (Original e Cópia);
- ✓ PIS/PASEP (Original e Cópia);
- ✓ Título de eleitor (Original e Cópia);
- ✓ Comprovante da última votação ou certidão que está quite com a Justiça Eleitoral;
- ✓ Certificado de Reservista para funcionário do sexo masculino (cópia); Certidão de Nascimento ou casamento (Original e Cópia);
- ✓ Certidão de Nascimento, RG, CPF, Caderneta de vacinação e declaração escolar para fins de pagamento de salário família de filhos menores de 14 anos (Original e Cópia);
- ✓ Histórico escolar, certificado ou diploma (Original e Cópia);
- ✓ Carteira de Habilitação Profissional - CREF, CRM, etc (Original e Cópia);
- ✓ Declaração de bens/imposto de renda do último ano (cópia);
- ✓ 2 comprovantes de residência (Original e Cópia);
- ✓ 2 fotos 3x4 recente;
- ✓ Atestado de Antecedentes criminais – [www.ssp.sp.gov.br](http://www.ssp.sp.gov.br);
- ✓ Declaração de atualização cadastral do tribunal de contas (CadTCESP) – [www.tce.sp.gov.br](http://www.tce.sp.gov.br)

O **NÃO Comparecimento dentro do prazo implicará na desclassificação do mesmo.**

A atribuição acontecerá na Secretaria de Educação - Av. Valdirio Prisco, 193 – Centro - Ribeirão Pires, após o candidato ter regularizado a documentação no Departamento de Recursos Humanos e o Exame médico admissional. Secretaria de Educação e Cultura. Ribeirão Pires, 31 de Março de 2023.

## **EDITAL DA SELEÇÃO PÚBLICA PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE PROFESSOR A, PROFESSOR B, PROFESSOR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL E SALA DE RECURSO.**

### **CONVOCAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO**

A Secretaria de Educação e Cultura torna pública a convocação de candidatos classificados no Edital 2022 de Seleção Pública para Contratação Temporária, para o ano letivo de 2023, conforme segue:

#### **Professor A – Sala de Recursos**

<b>Classif.</b>	<b>Inscr</b>	<b>Nome</b>
33	1012	MARIA APARECIDA DA SILVA
34	2100	LIGIA RAMOS DE OLIVEIRA CRUZ
35	1013	MARIA DE FATIMA LEITE DE CALDAS
36	1075	ROSINEI CORREIA BARBOSA

Os candidatos acima convocados deverão comparecer no Departamento de Recursos Humanos, localizado na Rua Miguel Prisco, nº 288 – Paço Municipal – Centro, no horário das 09:00 às 16:00 horas, no prazo improrrogável de 3 (três) dias úteis contados a partir desta publicação, com os seguintes documentos:

- ✓ RG (Original e Cópia);
- ✓ CPF (Original e Cópia);
- ✓ CTPS (Original e Cópia);
- ✓ PIS/PASEP (Original e Cópia);
- ✓ Título de eleitor (Original e Cópia);
- ✓ Comprovante da última votação ou certidão que está quite com a Justiça Eleitoral;
- ✓ Certificado de Reservista para funcionário do sexo masculino (cópia); Certidão de Nascimento ou casamento (Original e Cópia);
- ✓ Certidão de Nascimento, RG, CPF, Caderneta de vacinação e declaração escolar para fins de pagamento de salário família de filhos menores de 14 anos (Original e Cópia);
- ✓ Histórico escolar, certificado ou diploma (Original e Cópia);
- ✓ Carteira de Habilitação Profissional - CREF, CRM, etc (Original e Cópia);
- ✓ Declaração de bens/imposto de renda do último ano (cópia);
- ✓ 2 comprovantes de residência (Original e Cópia);
- ✓ 2 fotos 3x4 recente;
- ✓ Atestado de Antecedentes criminais – [www.ssp.sp.gov.br](http://www.ssp.sp.gov.br);
- ✓ Declaração de atualização cadastral do tribunal de contas (CadTCESP) – [www.tce.sp.gov.br](http://www.tce.sp.gov.br)



**O NÃO Comparecimento dentro do prazo implicará na desclassificação do mesmo.**

A atribuição acontecerá na Secretaria de Educação - Av. Valdirio Prisco, 193 – Centro - Ribeirão Pires, após o candidato ter regularizado a documentação no Departamento de Recursos Humanos e o Exame médico admissional. Secretaria de Educação e Cultura. Ribeirão Pires, 31 de março de 2023.

**EDITAL DA SELEÇÃO PÚBLICA PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE PROFESSOR A, PROFESSOR B, PROFESSOR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL E SALA DE RECURSO.**

**CONVOCAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO**

A Secretaria de Educação e Cultura torna pública a convocação de candidatos classificados no Edital 2022 de Seleção Pública para Contratação Temporária, para o ano letivo de 2023, conforme segue:

**Professor A**

Classif.	Inscr	Nome
237	1463	KAROLINA DA SILVA COSTA
238	2002	AMANDA MILENA MULLER MATOS
239	1027	ANA PAULA DA SILVA
240	1144	MARILENE RODRIGUES DOS SANTOS OLIVEIRA
241	92	DULCINARA DE JESUS RESENDE
242	924	LUCIANA AMADO
243	99	SONIA REGINA ALVES ROSA
244	1695	ALESSANDRA DE SOUZA AMORIM
245	1511	CILENE APARECIDA PEREIRA
246	2118	SIBELI SILVA DE MELO
247	2067	LUCY SHYZUE MIURA MACIULATTIS
248	1224	ALINE DA SILVA SOARES NOVAIS
249	80	MARIA DE FÁTIMA BATISTA BARROS
250	697	VANESSA COUTINHO

Os candidatos acima convocados deverão comparecer no Departamento de Recursos Humanos, localizado na Rua Miguel Prisco, nº 288 – Paço Municipal – Centro, no horário das 09:00 às 16:00 horas, no prazo improrrogável de 3 (três) dias úteis contados a partir desta publicação, com os seguintes documentos:

- ✓ RG (Original e Cópia);
- ✓ CPF (Original e Cópia);
- ✓ CTPS (Original e Cópia);
- ✓ PIS/PASEP (Original e Cópia);
- ✓ Título de eleitor (Original e Cópia);
- ✓ Comprovante da última votação ou certidão que está quite com a Justiça Eleitoral;
- ✓ Certificado de Reservista para funcionário do sexo masculino (cópia); Certidão de Nascimento ou casamento (Original e Cópia);
- ✓ Certidão de Nascimento, RG, CPF, Caderneta de vacinação e declaração escolar para fins de pagamento de salário família de filhos menores de 14 anos (Original e Cópia);
- ✓ Histórico escolar, certificado ou diploma (Original e Cópia);
- ✓ Carteira de Habilitação Profissional - CREF, CRM, etc (Original e Cópia);
- ✓ Declaração de bens/imposto de renda do último ano (cópia);
- ✓ 2 comprovantes de residência (Original e Cópia);
- ✓ 2 fotos 3x4 recente;

- ✓ Atestado de Antecedentes criminais – [www.ssp.sp.gov.br](http://www.ssp.sp.gov.br);
- ✓ Declaração de atualização cadastral do tribunal de contas (CadTCESP) – [www.tce.sp.gov.br](http://www.tce.sp.gov.br)

O **NÃO Comparecimento dentro do prazo implicará na desclassificação do mesmo.**

A atribuição acontecerá na Secretaria de Educação - Av. Valdírio Prisco, 193 – Centro - Ribeirão Pires, após o candidato ter regularizado a documentação no Departamento de Recursos Humanos e o Exame médico admissional. Secretaria de Educação e Cultura. Ribeirão Pires, 31 de março de 2023.

Resolução CMDCA nº 01/2023 – O CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente da Estância Turística de Ribeirão Pires, no uso das atribuições legais, conferidas pela Lei Municipal nº 4.622 de 07 de agosto de 2022, alterada pela Lei Municipal nº 5.056 de 05 de março de 2007, torna público que em Reunião Ordinária realizada em 30/03/2023 RESOLVEU: I - Aprovar e regulamentar o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar. Ribeirão Pires, 30 de março de 2023. BRUNO GABRIEL MOURA POLONIO – Presidente do CMDCA.

## ELEIÇÕES UNIFICADAS PARA O CONSELHO TUTELAR EDITAL Nº 001/2023

O Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do município da Estância Turística de Ribeirão Pires, no uso da atribuição que lhe é conferida pela Lei Municipal nº 4.622/2002 e o Decreto Municipal de nº 6.701/2017, torna público o presente **EDITAL DE CONVOCAÇÃO** para o Processo de Escolha em data unificada para membros do Conselho Tutelar para o quadriênio 2024/2027, aprovado pela **Resolução nº 01/2023**, do CMDCA local, mediante as condições estabelecidas no presente Edital de Convocação.

### 1. DO PROCESSO DE ESCOLHA:

**1.1.** O Processo de Escolha em Data Unificada é disciplinado pela Lei nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente), Resolução nº 170/2014 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA, assim como pela Lei Municipal nº 4.622/2002 e Resolução nº 001/2023, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Ribeirão Pires, sendo realizado sob a responsabilidade deste e fiscalização do Ministério Público;

**1.2.** Os membros do Conselho Tutelar local serão escolhidos mediante o sufrágio universal, direto, secreto e facultativo dos eleitores do município, em data de **1º de outubro de 2023**, sendo que a posse dos eleitos e seus respectivos suplentes ocorrerá em data de **10 de janeiro de 2024**;

**1.3.** Assim sendo, como forma de dar início, regulamentar e ampla visibilidade ao Processo de Escolha em data unificada para membros do Conselho Tutelar para o quadriênio 2024/2027, **torna público** o presente Edital, nos seguintes termos:

### 2. DO CONSELHO TUTELAR:

**2.1.** O Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, sendo composto por 05 (cinco) membros, escolhidos pela comunidade local para mandato de 04 (quatro) anos, permitida 01 (uma) recondução, mediante novo processo de escolha em igualdade de escolha com os demais pretendentes;

**2.2.** Cabe aos membros do Conselho Tutelar, agindo de forma colegiada, o exercício das atribuições contidas nos art. 18-B, par. Único, 90, §3º, inciso II, 95, 131, 136, 191 e 194, todos da Lei nº 8.069/90, observados os deveres e vedações estabelecidos por este Diploma, assim como pela Lei Municipal nº 4622/2002;

**2.3.** O presente Processo de Escolha dos membros do Conselho Tutelar do Município de Ribeirão Pires visa preencher as 05 (cinco) vagas existentes no colegiado, assim como para seus respectivos suplentes;

**2.4.** Por força do disposto no art. 5º, inciso II, da Resolução nº 170/2014, do CONANDA, a candidatura deverá ser individual, não sendo admitida a composição de chapas.

### 3. DOS REQUISITOS BÁSICOS EXIGIDOS DOS CANDIDATOS A MEMBRO DO CONSELHO TUTELAR:

**3.1.** Por força do disposto no art. 133, da Lei nº 8.069/90, e do art. 13, da Lei Municipal nº 4622/2002, os candidatos a membro do Conselho Tutelar devem preencher, cumulativamente, os seguintes requisitos:

- a) Reconhecida idoneidade moral, atestado por autoridade policial, administrativa pública ou autoridade judiciária;
- b) Idade igual ou superior a 21 (vinte e um) anos;
- c) Residir no município há mais de 05 (cinco) anos;
- d) Estar quite com as obrigações eleitorais e no gozo de seus direitos políticos;
- e) Estar quite com as obrigações militares (para candidatos do sexo masculino);

- f) Não ter sido penalizado com a destituição da função de membro do Conselho Tutelar, nos últimos 05 (cinco) anos;
- g) Possuir reconhecida experiência no trato com crianças e adolescentes de no mínimo 02 (dois) anos, comprovados através de declaração expedida pela instituição com firma reconhecida em cartório;

**Parágrafo Único** – Considera-se experiência, para fins do contido na alínea g deste artigo:

I – a atividade voluntária ou remunerada, realizada em entidades de atendimento que desenvolvam programas em regime de orientação e apoio sócio-familiar, apoio socioeducativo em meio aberto, colocação familiar e acolhimento institucional, ou executem medidas de liberdade assistida, semiliberdade e internação;

I.I – tratando-se de entidade não governamental, o programa de atendimento deverá estar regularmente inscrito junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

I.II - sendo a entidade sediada em outra comarca, o candidato deverá apresentar certidão expedida pelo respectivo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

II – a atividade voluntária ou remunerada de prestação de serviços que garantam às crianças e adolescentes os direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária;

II.I – a regularidade da atividade, quer profissional, quer do funcionamento da instituição ou organização, deverá ser comprovada através de certidão ou declaração dos respectivos órgãos de fiscalização.

III - a defesa dos direitos fundamentais da criança e do adolescente, patrocinada por advogado, que deverá apresentar certidão dos processos em que atuou junto aos Juízos da Infância e Juventude e/ou Família, de forma a comprovar a habitualidade de suas atividades por 24 (vinte e quatro) meses.

- h) Ter escolaridade mínima em nível de Ensino Médio.

**3.2.** O preenchimento dos requisitos legais deve ser demonstrado no ato da candidatura.

**3.3.** Os candidatos deverão submeter-se a treinamento seletivo prévio, organizado pela Comissão Organizadora, instituída pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Ribeirão Pires, sendo que o aproveitamento no treinamento confirmará ou não a sua candidatura.

#### **4. DA JORNADA DE TRABALHO E DA REMUNERAÇÃO**

**4.1.** Os membros do Conselho Tutelar exercerão suas atividades em regime de dedicação exclusiva, durante o horário previsto no art. 6º da Lei Municipal nº 4622/2002 para o funcionamento do órgão, sem prejuízo do atendimento em regime de plantão/sobreaviso, assim como da realização de outras diligências e tarefas inerentes ao órgão;

**4.2.** O valor da remuneração é o correspondente fica fixada em R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais, sendo que o índice de correção e a data de reajuste serão os mesmos aplicados aos servidores municipais. (Redação dada pela Lei nº 6.625/2021);

**4.3.** A remuneração fixada não gera vínculo empregatício com o Município, constituindo o efetivo exercício da função de Conselheiro serviço público relevante.

#### **5. DOS IMPEDIMENTOS**

**5.1.** São impedidos de servir no mesmo Conselho Tutelar os cônjuges, companheiros, ainda que em união homoafetiva, ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, conforme previsto no art.140, da Lei nº 8.069/90 e art. 15, da Resolução nº 170/2014, do CONANDA;

**5.2.** Estende-se o impedimento do conselheiro tutelar em relação à autoridade judiciária e ao representante do Ministério Público com atuação na Justiça da Infância e da Juventude da mesma comarca;

**5.3.** É também impedido de se inscrever no Processo de Escolha unificado o membro do Conselho Tutelar que tiver exercido o mandato, em regime de prorrogação, por período ininterrupto superior a 04 (quatro) anos e meio.

#### **6. DA COMISSÃO ORGANIZADORA**

**6.1.** O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente instituirá, no prazo de 10 (dez) dias, a contar da publicação do presente Edital, uma Comissão Organizadora de composição paritária entre representantes do governo e da sociedade civil, para a organização e condução do presente Processo de Escolha;

**6.1.1.** O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente instituirá antes da publicação da relação definitiva de candidatos inscritos, uma Comissão Especial Eleitoral, para a organização e condução do presente Processo de Eleição e seus demais atos subsequentes.



## 6.2. Compete à Comissão Organizadora:

- a) Analisar os pedidos de registro de candidatura e dar ampla publicidade à relação dos candidatos inscritos;
- b) Receber as impugnações apresentadas contra candidatos que não atendam os requisitos exigidos, fornecendo protocolo ao impugnante;
- c) Notificar os candidatos impugnados, concedendo-lhes prazo para apresentação de defesa;
- d) Decidir, em primeira instância administrativa, acerca da impugnação das candidaturas, podendo, se necessário, ouvir testemunhas eventualmente arroladas, determinar a juntada de documentos e a realização de outras diligências;
- e) Realizar reunião destinada a dar conhecimento formal das regras da campanha aos candidatos considerados habilitados ao pleito, que firmarão compromisso de respeitá-las, sob pena de indeferimento do registro da candidatura, sem prejuízo da imposição das sanções previstas na legislação local;
- f) Estimular e facilitar o encaminhamento de notícias de fatos que constituam violação das regras de campanha por parte dos candidatos ou à sua ordem;
- g) Organizar o treinamento seletivo prévio dos candidatos, sendo que o aproveitamento no treinamento confirmará ou não a sua candidatura.

## 6.3. Compete à Comissão Especial Eleitoral:

- a) Analisar e decidir, em primeira instância administrativa, os pedidos de impugnação e outros incidentes ocorridos no dia da votação;
- b) Escolher e divulgar os locais de votação e apuração de votos;
- c) Divulgar, imediatamente após a apuração, o resultado oficial da votação;
- d) Notificar pessoalmente o Ministério Público, com a antecedência devida, de todas as etapas do certame, dias e locais de reunião e decisões tomadas pelo colegiado;
- e) Divulgar amplamente o pleito à população, com o auxílio do CMDCA e do Poder Executivo local, estimulando ao máximo a participação dos eleitores.

6.4. Das decisões da Comissão Especial Eleitoral caberá recurso à plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, que se reunirá, em caráter extraordinário, para decisão com o máximo de celeridade.

## 7. DAS ETAPAS DO PROCESSO DE ESCOLHA:

7.1. O Processo de Escolha para membros do Conselho Tutelar observará o **calendário** anexo ao presente Edital;

7.2. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições, fará publicar editais específicos no Diário Oficial ou meio equivalente para cada uma das fases do processo de escolha de membros do Conselho Tutelar, dispondo sobre:

- a) Inscrições e entrega de documentos;
- b) Relação de candidatos inscritos;
- c) Relação preliminar dos candidatos considerados habilitados, após a análise dos documentos;
- d) Relação definitiva dos candidatos considerados habilitados, após o julgamento de eventuais impugnações;
- e) Dia e locais de votação;
- f) Resultado preliminar do pleito, logo após o encerramento da apuração;
- g) Resultado final do pleito, após o julgamento de eventuais impugnações e;
- h) Termo de Posse.

## 8. DA INSCRIÇÃO/ENTREGA DOS DOCUMENTOS:

8.1. A participação no presente Processo de Escolha em data unificada iniciar-se-á pela inscrição por meio de requerimento impresso, e será efetuada no prazo e nas condições estabelecidas neste Edital;

8.2. A inscrição dos candidatos será efetuada pessoalmente na sede do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Ribeirão Pires, à Rua Conde de Sarzedas, nº 333, nesta cidade, das 9:00 às 16:00 horas.

8.3. Ao realizar a inscrição, o candidato deverá, obrigatoriamente e sob pena de indeferimento de sua candidatura, apresentar original e cópia dos seguintes documentos:

- a) Carteira de identidade ou documento equivalente;
- b) Título de eleitor, com o comprovante de votação ou justificativa nas 03 (três) últimas eleições;
- c) Certidões negativas cíveis e criminais que comprovem não ter sido condenado ou estar respondendo, como réu, pela

prática de infração penal, administrativa, ou conduta incompatível com a função de membro do Conselho Tutelar;

- d) Em sendo candidato do sexo masculino, certidão de quitação com as obrigações militares;
- e) Comprovante de experiência ou especialização na área da infância e juventude com no mínimo 02 (dois) anos, comprovados através de declaração expedida pela instituição com firma reconhecida em cartório;
- f) Declaração da escolaridade mínima prevista no Edital;
- g) Comprovante de residência no Município há mais de 05 (cinco) anos.
- h) 01 foto 3X4.

**8.4.** A falta ou inadequação de qualquer dos documentos acima relacionados será imediatamente comunicada ao candidato, que poderá supri-la até a data-limite para inscrição de candidaturas, prevista neste Edital;

**8.5.** Os documentos deverão ser entregues em duas vias para fé e contrafé;

**8.6.** Eventuais entraves à inscrição de candidaturas ou à juntada de documentos devem ser imediatamente encaminhados ao CMDCA e ao Ministério Público;

**8.7.** As informações prestadas e documentos apresentados por ocasião da inscrição são de total responsabilidade do candidato.

## **9. ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA:**

**9.1.** Encerrado o prazo de inscrição de candidaturas, a Comissão Organizadora designada pelo CMDCA efetuará, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a análise da documentação exigida neste Edital, com a subsequente publicação da relação dos candidatos inscritos;

**9.2.** A relação dos candidatos inscritos e a documentação respectiva serão encaminhadas ao Ministério Público para ciência, no prazo de 05 (cinco) dias, após a publicação referida no item anterior.

## **10. DA IMPUGNAÇÃO ÀS CANDIDATURAS:**

**10.1.** Qualquer cidadão poderá requerer a impugnação de candidato, no prazo de 05 (cinco) dias contados da publicação da relação dos candidatos inscritos, em petição devidamente fundamentada;

**10.2.** Findo o prazo mencionado no item supra, os candidatos impugnados serão notificados pessoalmente do teor da impugnação no prazo 02 (dois) dias, começando, a partir de então, a correr o prazo para apresentar sua defesa;

**10.3.** A Comissão Organizadora analisará o teor das impugnações e defesas apresentadas pelos candidatos, podendo solicitar a qualquer dos interessados a juntada de documentos e outras provas do alegado;

**10.4.** A Comissão Organizadora terá o prazo de 3 (três) dias, contados do término do prazo para apresentação de defesa pelos candidatos impugnados, para decidir sobre a impugnação;

**10.5.** Concluída a análise das impugnações, a Comissão Organizadora fará publicar edital contendo a relação preliminar dos candidatos habilitados a participarem do Processo de Escolha em data Unificada;

**10.6.** As decisões da Comissão Organizadora serão fundamentadas, delas devendo ser dada ciência aos interessados, para fins de interposição dos recursos previstos neste Edital;

**10.7.** Das decisões da Comissão Eleitoral caberá recurso à Plenária do CMDCA no prazo previsto no edital;

**10.8.** Esgotada a fase recursal, a Comissão Organizadora fará publicar a relação definitiva dos candidatos habilitados ao pleito, com cópia ao Ministério Público;

**10.9.** Ocorrendo falsidade em qualquer informação ou documento apresentado, seja qual for o momento em que esta for descoberta, o candidato será excluído do pleito, sem prejuízo do encaminhamento dos fatos à autoridade competente para apuração e a devida responsabilização legal.

## **11. DA CAMPANHA E DA PROPAGANDA ELEITORAL:**

**11.1.** Cabe ao Poder Público, com a colaboração dos órgãos de imprensa locais, dar ampla divulgação ao Processo de Escolha desde o momento da publicação do presente Edital, incluindo informações quanto ao papel do Conselho Tutelar, dia, horário e locais de votação, dentre outras informações destinadas a assegurar a ampla participação popular no pleito;

**11.2.** É vedada a vinculação político-partidária das candidaturas, seja através da indicação, no material de propaganda ou inserções na mídia, de legendas de partidos políticos, símbolos, slogans, nomes ou fotografias de pessoas que, direta ou indiretamente, denotem tal vinculação;

**11.3.** Os candidatos poderão dar início à campanha eleitoral **após a realização do curso preparatório** previsto neste Edital;

**11.4.** A propaganda eleitoral em vias e logradouros públicos observará, por analogia, os limites impostos pela legislação eleitoral, garantindo igualdade de condições a todos os candidatos;

**11.5.** Os candidatos poderão promover as suas candidaturas junto a eleitores por meio de debates, entrevistas e

distribuição de panfletos, desde que não causem dano ou perturbem a ordem pública ou particular.

**11.6.** As instituições públicas ou particulares (escolas, Câmara de Vereadores, rádio, igrejas etc.) que tenham interesse em promover debates com os candidatos deverão formalizar convite a todos aqueles que estiverem aptos a concorrer ao cargo de membro do Conselho Tutelar;

**11.7.** Os debates deverão ter regulamento próprio, a ser apresentado pelos organizadores a todos os participantes e à Comissão Especial Eleitoral designada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente com pelo menos 05 (cinco) dias de antecedência;

**11.8.** Cabe à Comissão Organizadora supervisionar a realização dos debates, zelando para que sejam proporcionadas iguais oportunidades a todos os candidatos nas suas exposições e respostas;

**11.9.** É vedada a propaganda, ainda que gratuita, por meio dos veículos de comunicação em geral (jornal, rádio ou televisão), faixas, outdoors, camisetas, bonés e outros meios não previstos neste Edital;

**11.10.** É dever do candidato portar-se com urbanidade durante a campanha eleitoral, sendo vedada a propaganda irreal ou insidiosa ou que promova ataque pessoal contra os concorrentes;

**11.11.** Não será permitido qualquer tipo de propaganda no dia da eleição, em qualquer local público ou aberto ao público, sendo que a aglomeração de pessoas portando instrumentos de propaganda caracteriza manifestação coletiva, com ou sem utilização de veículos;

**11.12.** A violação das regras de campanha importará na cassação do registro da candidatura ou diploma de posse do candidato responsável, após a instauração de procedimento administrativo no qual seja garantido ao candidato o exercício do contraditório e da ampla defesa.

## **12. DA ELEIÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR:**

**12.1.** A eleição para os membros do Conselho Tutelar do Município de Ribeirão Pires realizar-se-á no dia **1º de outubro de 2023**, das 08h às 17h, conforme previsto no art. 139, da Lei nº 8.069/90 e Resolução nº 152/2012, do CONANDA;

**12.2.** A votação deverá ocorrer preferencialmente em urnas eletrônicas cedidas pela Justiça Eleitoral, observadas as disposições das resoluções aplicáveis expedidas pelo Tribunal Superior Eleitoral e Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo;

**12.3.** As cédulas para votação manual serão elaboradas pela Comissão Especial Eleitoral, adotando parâmetros similares aos empregados pela Justiça Eleitoral em sua confecção;

**12.4.** Nas cabines de votação serão fixadas listas com relação de nomes, codinomes, fotos e número dos candidatos a membro do Conselho Tutelar;

**12.5.** As mesas receptoras de votos deverão lavrar atas segundo modelo fornecido pela Comissão Especial Eleitoral, nas quais serão registradas eventuais intercorrências ocorridas no dia da votação, além do número de eleitores votantes em cada uma das urnas;

**12.6.** Após a identificação, o eleitor assinará a lista de presença e procederá a votação;

**12.7.** O eleitor que não souber ou não puder assinar, usará a impressão digital como forma de identificação;

**12.8.** O eleitor poderá votar em apenas um candidato;

**12.9.** No caso de votação manual, votos em mais de um candidato ou que contenham rasuras que não permitam aferir a vontade do eleitor serão anulados, devendo ser colocados em envelope separado, conforme previsto no regulamento da eleição;

**12.10.** Será também considerado inválido o voto:

**a)** cuja cédula contenha mais de 01 (um) candidato assinalado;

**b)** cuja cédula não estiver rubricada pelos membros da mesa de votação;

**c)** cuja cédula não corresponder ao modelo oficial;

**d)** que tiver o sigilo violado.

**12.11.** Efetuada a apuração, serão considerados eleitos os 05 (cinco) candidatos mais votados, ressalvada a ocorrência de alguma das vedações legais acima referidas, sendo os demais candidatos considerados suplentes pela ordem de votação;

**12.12.** Em caso de empate na votação, ressalvada a existência de outro critério previsto na Lei Municipal local, será considerado eleito o candidato com idade mais elevada.

## **13. DAS VEDAÇÕES AOS CANDIDATOS DURANTE O PROCESSO DE ESCOLHA:**

**13.1.** Conforme previsto no art. 139, §3º, da Lei nº 8.069/90, é vedado ao candidato doar, oferecer, prometer ou entregar ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor;

**13.2.** É também vedada a prática de condutas abusivas ou desleais que acarretem vantagem indevida ao candidato, como a "boca de urna" e o transporte de eleitores, dentre outras previstas na Lei nº 9.504/97 (Lei Eleitoral), pois embora não caracterizem crime eleitoral, importam na violação do dever de idoneidade moral que se constitui num dos requisitos elementares das candidaturas;

**13.3.** Os candidatos que praticarem quaisquer das condutas relacionadas nos itens anteriores, durante e/ou depois da campanha, inclusive no dia da votação, terão cassado seu registro de candidatura ou diploma de posse, sem prejuízo da apuração da responsabilidade civil e mesmo criminal, inclusive de terceiros que com eles colaborem;

**13.4.** Caberá à Comissão Especial Eleitoral ou, após sua dissolução, à Plenária do CMDCA, decidir pela cassação do registro da candidatura ou diploma de posse, após a instauração de procedimento administrativo no qual seja garantido ao candidato o exercício do contraditório e da ampla defesa.

#### **14. DIVULGAÇÃO DO RESULTADO FINAL:**

**14.1.** Ao final de todo o Processo, a Comissão Especial Eleitoral encaminhará relatório ao CMDCA, que fará divulgar no Diário Oficial ou em meio equivalente, o nome dos 05 (cinco) candidatos eleitos para o Conselho Tutelar e seus respectivos suplentes, em ordem decrescente de votação.

#### **15. DA DIPLOMAÇÃO E POSSE:**

**15.1.** A diplomação dos membros do Conselho Tutelar será concedida pelo Presidente do CMDCA local, após a divulgação do resultado final.

**15.2.** A posse dos conselheiros tutelares dar-se-á pelo Senhor Prefeito Municipal ou pessoa por ele designada no dia **10 de janeiro de 2024**, conforme previsto no art. 139, §2º, da Lei nº 8.069/90;

**15.2.** Além dos 05 (cinco) candidatos mais votados, também devem tomar posse, pelo menos, 05 (cinco) suplentes, também observada a ordem de votação, de modo a assegurar a continuidade no funcionamento do órgão, em caso de férias, licenças ou impedimentos dos titulares.

#### **16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:**

**16.1.** Cópias do presente Edital e demais atos da Comissão Especial Eleitoral dele decorrentes serão publicadas, com destaque, nos órgãos oficiais de imprensa, no sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de Ribeirão Pires, bem como afixadas no mural da Prefeitura Municipal, da Câmara de Vereadores, na sede do Conselho Tutelar, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) e dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), Postos de Saúde e Escolas da Rede Pública Municipal;

**16.2.** Os casos omissos serão resolvidos pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Ribeirão Pires, observadas as normas legais contidas na Lei Federal nº 8.069/90 e na Lei Municipal nº 4622/2002;

**16.3. É de inteira responsabilidade dos candidatos** acompanhar a publicação de todos os atos, editais e comunicados referentes ao processo de escolha em data unificada dos membros do Conselho Tutelar;

**16.4.** É facultado aos candidatos, por si ou por meio de representantes credenciados perante a Comissão Especial Eleitoral, acompanhar todo desenrolar do processo de escolha, incluindo as cerimônias de lacração de urnas, votação e apuração;

**16.5.** Cada candidato poderá credenciar, até 48 (quarenta e oito) horas antes do pleito, 01 (um) representante por local de votação e 01 (um) representante para acompanhar a apuração dos votos e etapas preliminares do certame;

**16.6.** Os trabalhos da Comissão Especial Eleitoral se encerram com o envio de relatório final contendo as intercorrências e o resultado da votação ao CMDCA;

**16.7.** O descumprimento das normas previstas neste Edital implicará na exclusão do candidato ao processo de escolha.

#### **ANEXO**

##### **Calendário Referente ao Edital nº 001/2023 do CMDCA**

**1** - Publicação da Resolução nº 01/2023 que aprova e regulamenta o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar: 31/03/2023.

**2** - Publicação do Edital: 31/03/2023;

**3** - Publicação da Comissão Organizadora: 10/04/2023;

**4** - Inscrições na sede do CMDCA das 9:00 às 16:00 do dia 10/04/2023 a 10/05/2023;

**5** - Análise dos Requerimentos de inscrições: de 15/05/2023 a 24/05/2023;

**6** - Publicação da lista dos candidatos com inscrições deferidas: 26/05/2023;

**7** - Prazo para recurso de 30/05/2023 a 02/06/2023;

**8** - Publicação da Comissão Especial Eleitoral: 02/06/2023;

**9** - Análise dos recursos pela Comissão Especial Eleitoral: de 05/06/2023 a 14/06/2023;

**10** - Divulgação do resultado dos recursos e publicação da lista preliminar dos candidatos com inscrição deferida, em ordem alfabética: 19/06/2023;

**11** - Abertura de prazo para recurso à Plenária do CMDCA: 26/06/2023;

- 12** - Julgamento dos recursos pelo CMDCA: 29/06/2023;
- 13** - Divulgação do resultado dos recursos e publicação da lista definitiva dos candidatos com inscrição deferida, em ordem alfabética (e início do prazo para realização da campanha eleitoral pelos candidatos): 03/07/2023;
- 14** – Realização de curso preparatório para os candidatos: data a ser fixada;
- 15** - Dia da votação: 01/10/2023;
- 16** - Divulgação do resultado da votação: 02/10/2023;
- 17** - Prazo para impugnação do resultado da eleição: de 02/10/2023 a 05/10/2023;
- 18** - Julgamento das impugnações ao resultado da eleição: 09/10/2023;
- 19** - Publicação do resultado do julgamento das impugnações ao resultado da eleição: 11/10/2023;
- 20** - Prazo para recurso quanto ao julgamento dos recursos interpostos contra resultado da eleição ao CMDCA: de 11/10/2023 a 18/10/2023;
- 21** - Publicação do resultado do julgamento dos recursos: 20/10/2023;
- 22** - Proclamação do resultado final da eleição: 01/11/2023;
- 23** - Posse e diplomação dos eleitos: 10/01/2024.

#### **Publique-se**

**Secretaria de Assistência, Participação e Inclusão Social – SAPIS**

**Ribeirão Pires, 30 de março de 2023.**

**Bruno Gabriel Moura Polonio**

**Presidente do CMDCA**

**Marisa Reinoso de Abreu**

**Secretária de Assistência, Participação e Inclusão Social**